

REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)

PERGUNTA Número 789 / x (4ª)

Expeça-se

Publique-se

18 112 12008

O Secretário da Mesa



Assunto: Iniciativa “e-escolinhas” e pagamento do acesso à Internet pelas Autarquias.

Destinatário: Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

No dia 30 de Julho de 2008, o senhor Primeiro Ministro anunciou a distribuição de meio milhão de computadores portáteis ClassmatePC da Intel (em Portugal denominados por “magalhães”) pelos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico.

Nessa cerimónia pública, o senhor Primeiro Ministro afirmou que «a diferença entre o custo de produção e o preço final deste computador portátil será suportada pelo Estado e pelas entidades privadas envolvidas no projecto».

O Grupo Parlamentar do PSD tem sido sucessivamente confrontado com factos e episódios em torno da contratação, fornecimento, distribuição e pagamento do programa “e-escolinhas”.

O Primeiro Ministro e a senhora Ministra da Educação, integrando uma equipa de dezasseis membros do Governo, entregam computadores “magalhães” em mão às

crianças e famílias portuguesas, num acto de pura propaganda.

Porém, quando são conhecidas notícias sobre alegadas dívidas fiscais por parte da empresa que monta o computador da Intel, o Governo informa que não tem qualquer responsabilidade ou relação contratual na iniciativa e remete todas as questões para os operadores móveis que constituíram o Fundo para a Sociedade de Informação, que segundo o Governo, suporta financeiramente a iniciativa.

Todos os dias surge mais uma questão mal esclarecida em torno deste programa. Cada vez existem menos certezas e mais dúvidas sobre o modelo de contratualização e pagamento desta iniciativa, em que o Governo, dizendo não ter relação directa, está sempre envolvido, seja na qualidade de transportador ou de estafeta.

O último caso prende-se com os encargos com a ligação dos computadores à internet.

No dia 1 de Outubro de 2008, o Ministério da Educação, através da Direcção Regional de Educação do Norte, enviou às escolas um ofício-circular onde incluía o programa e.escolinhas/“magalhães como objecto de “subsídios escolares, por parte das Autarquias”.

O ofício-circular remetido às escolas incumbe-as também de denunciarem “as eventuais situações anómalas, referindo o número de alunos não abrangidos, estabelecimentos de ensino, área do ASE e o levantamento dos sustos associados à respectiva regularização”.

Posteriormente, no dia 6 de Outubro de 2008, foi enviado pela Direcção Regional de Educação do Centro, um e-mail às Câmaras Municipais pedindo que estas se mostrassem disponíveis para suportar os custos de ligação dos computadores à internet quer “na escola (por redes locais)”, quer “em casa (através de modem)”. No mesmo e-mail é ainda pedido às Autarquias a “comparticipação na assinatura” (aproximadamente 250 euros

por ano/aluno).

A situação exposta foi denunciada pelo Deputado Agostinho Branquinho no debate parlamentar sobre “Exigência e Qualidade no Ensino” do dia 9 de Outubro, que colocou um conjunto de perguntas sobre o programa e as missivas do Ministério às Câmaras Municipais e às Escolas.

Face à ausência da senhora Ministra da Educação neste debate, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não conseguiu responder a nenhuma das questões então colocadas.

O Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, ao comentar as declarações do senhor Deputado Agostinho Branquinho, afirmou à imprensa que o PSD estava a “confundir as coisas”, sem conseguir, ainda assim, responder às questões colocadas.

Sucedem que poucos minutos depois, em declarações à comunicação social, é a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) a confirmar “que há autarquias que estão a ser notificadas pelo Ministério da Educação para pagarem a factura total ou parcial da Internet dos computadores magalhães”.

A confirmação de que “centenas de cartas timbradas estão a chegar às autarquias para que estas passem a assumir um encargo anual de 300 euros pela ligação à Internet em banda larga de cada computador Magalhães, nomeadamente 45 euros pelo modem e 250 pela ligação” foi feita precisamente pela ANMP à imprensa.

Tornou-se público que a situação obrigou a uma reunião de urgência do Conselho Directivo da ANMP, onde foi decidido não assumirem quaisquer responsabilidades ou encargos.

Segundo informações dos órgãos de comunicação social, “a ANMP notificou todas as autarquias, incluindo as lideradas por executivos do PS, para não pagarem as facturas

(...) e enviou um pedido de esclarecimentos urgente ao Gabinete da Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, sobre esta situação.”

Após tantos anúncios e cerimónias públicas com a presença de muitos membros do Governo, é absolutamente legítima a posição da ANMP que refere que “para as autarquias, são os pais que devem suportar esse encargo, sendo que aqueles que não tiverem condições económicas para tal devem recorrer ao Governo e não às câmaras.”

O Grupo Parlamentar não compreende a diferença de procedimentos entre a Administração Central e a Administração Local. A ligação à Internet no âmbito da iniciativa e-escolas é suportada, no caso dos alunos abrangidos pela Acção Social Escolar, pelo Fundo para a Sociedade de Informação. No entanto, o Governo quer que as Autarquias paguem a ligação à banda larga no programa e-escolinhas.

No dia 14 de Outubro de 2008, deputados do PSD dirigiram um conjunto de questões sobre esta matéria à senhora Ministra da Educação. Na resposta do Ministério da Educação, de 13 de Novembro, fomos informados que o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações é o Ministério competente para responder a quatro das cinco questões colocadas por este Grupo Parlamentar.

Assim, ao abrigo da alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea d) do n.º1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos que através de Vossa Excelência, o **Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações** responda às seguintes questões:

1. *Qual é a relação contratual entre o Estado e a empresa fornecedora do computador “magalhães”?*
2. *Qual o modelo de financiamento das iniciativas e-escolas e é e-escolinhas?*
3. *Qual o valor total do Fundo para a Sociedade de Informação (FSI) e que*

recursos estão já comprometidos nos programas a decorrer?

4. *Está garantida a sustentabilidade dos Programas e-escolas e e-escolinhas após 2009, em condições de igualdade a todos os novos alunos que ingressem no sistema de ensino? Por quantos anos?*

Palácio de S. Bento, 17 de Dezembro de 2008.

Deputado(a)s:

Picardo Santos
Aristides Pereira
Sandra Pereira
Pedro Duarte